

Título: Escola: locus de superação ou de reprodução do racismo?

Autor(es) Priscylla Matias Martins

E-mail para contato: rosloyola@bol.com.br

IES: FESV / Espírito Santo

Palavra(s) Chave(s): educação; lei 10.639/2003; racismo; políticas públicas

RESUMO

Este estudo se propôs a investigar as determinações da Lei 10.639/2003, em relação à implementação de ações afirmativas etnicorraciais para os afrodescendentes, com a efetivação concreta da questão de enfrentamento ao racismo em uma escola da Rede Pública do Município de Vitória/ES, majoritariamente composta por estudantes negros. Debater a importância da implementação da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no Currículo oficial da rede de ensino torna-se primordial nas escolas, objetivando uma educação de qualidade para todos, em especial da população negra brasileira. Nesse sentido, investigou-se como a escola pode contribuir para o enfrentamento das práticas do racismo no currículo, considerando as prerrogativas previstas na lei. Esta questão move para analisar as formas de se trabalhar as relações etnicorraciais no contexto escolar, as articulações de grupos e seus questionamentos, refletindo qual a importância do conhecimento da cultura afro-brasileira nas instituições de ensino para a formação de cidadãos éticos que respeitam à diversidade. O tema escola: locus de superação ou reprodução do racismo? É bastante polêmico e talvez seja por este motivo que muitos profissionais da educação não abordam esse conteúdo na sala de aula. Na metodologia esse estudo caracterizou-se como descritivo, de natureza qualitativa, na medida em que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo dessa investigação. A metodologia com objetivo exploratório buscou as informações com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado, no caso, foi-se a uma escola do município de Vitória e à Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos na Gerência de Políticas de Gênero e Igualdade Racial. A amostra foi selecionada com base aos princípios éticos, sendo mencionados nomes fictícios dos sujeitos. Intencionou-se verificar essas concepções a partir de observações e de entrevistas semiestruturadas com dois professores da disciplina de História, a pedagoga da instituição de ensino e com a gerente de Políticas de Gênero e Igualdade Racial da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. Os dados foram analisados e revelaram que o discurso dos docentes sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino não está de acordo com a proposta da legislação em vigor. Entretanto, captou-se ambiguidades que revelaram a dificuldade na efetivação das políticas públicas educacionais, pois a legislação, mesmo avançada não garante a concretização do processo de inclusão.